



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JUAREZ PEREIRA DE AGUIAR

**Um breve histórico da luta dos Camponeses Brasileiros ao longo dos
séculos XX e XXI**

GUARABIRA – PB
2016

JUAREZ PEREIRA DE ARGUIAR

Um breve histórico da luta dos Camponeses Brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Gilvan Torres da Silva

GUARABIRA – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A284b Aguiar, Juarez Pereira de
Um breve histórico da luta dos camponeses brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI [manuscrito] / Juarez Pereira de Aguiar. - 2016.
16 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Gilvan Torres da Silva, Departamento de História".

1. Ligas Camponesas. 2. Pernambuco. 3. Camponeses. I.
Título.

21. ed. CDD 333.335

JUAREZ PEREIRA DE AGUIAR

Um breve histórico da luta dos Camponeses Brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI

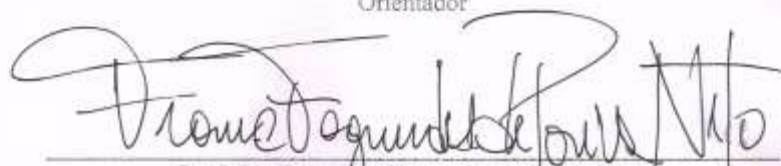
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Gilvan Torres da Silva

Aprovada em 28 de abril de 2016



Prof. Gilvan Torres da Silva
Universidade Estadual da Paraíba
Orientador



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto
Universidade Estadual da Paraíba
Examinador



Profa. Ms. Natara Ferraz Bandeira Alves
Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora

Agradecimentos

Agradeço aos meus familiares, aos meus amigos(as), a Deus, aos mestres, ao orientador, a coordenação do curso, a turma de história, enfim, a todos que colaboraram direta e indiretamente na minha formação.

Um breve histórico da luta dos Camponeses Brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI

AGUIAR, Juarez Pereira de.

Resumo: Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo fazer uma análise das ligas camponesas que fizeram parte da luta constante por uma reforma agrária entre os grandes latifúndios pertencentes aos senhores de terra e trabalhadores do campo. Tendo uma visão geral das ligas camponesas que foi um movimento do meio rural, considerada como uma das lutas mais importantes da ditadura militar de 1964, imposta no Brasil. As ligas camponesas tiveram início por volta de 1930 com uma grande influência do (PCB) Partido comunista do Brasil, com atuação no século XX nas cidades de Paracatu (PR) em 1950-51 e em Formoso (GO) 1953-54, mas devido seus pequenos isolamentos, não tiveram força suficiente para se espalhar nacionalmente. De forma que em 1954 no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Estes embates obtiveram grande notoriedade no cenário brasileiro e que também foram criadas a (SAPPP) Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, que só tinha o objetivo assistencial, foram elas: assistência funerária, médicas, jurídica, educacional e de levantar fundos para ajudar os camponeses a livrar-se da dominação de seus fazendeiros.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, PCB, Pernambuco, Camponeses.

Um breve histórico da luta dos Camponeses Brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI

Introdução

No Brasil, entre os anos 1940-60 houve uma política muito agitada com visão em lutas de classes que abriu várias passagens muito marcantes no país, e uma delas foi principalmente às lutas dos trabalhadores rurais por terras para trabalhar e poder tirar o sustento de suas famílias. Esse processo pôs em pauta organizações de diversos segmentos nesta sociedade repudiada pelos donos do capital.

Sendo assim, muitos sindicatos e associações tendo uma grande importância para desencadear vários movimentos e dentre eles as ligas camponesas. Em uma visão geral esse trabalho tem o propósito de lembrar como foi de grande importância as ligas, e que foi um movimento de grande potencial e muito atuante no que se refere à classe dos trabalhadores rurais e teve um seguimento de pôr fim a diversas opressões contra os trabalhadores do campo, que deu o direito de lutar pela redistribuição de terra. A partir dessas reivindicações os trabalhadores quebraram antigos regimes impostos pelos fazendeiros, que pertenciam a poucas famílias e faziam os trabalhadores rurais de seus escravos, que trabalhavam em suas propriedades sem direito algum.

Acerca do tema trabalhado, algumas obras que consideramos importantes para a reflexão deste movimento camponês, dentre outras existentes, menciono autores como Manuel Correia Andrade, Elide Rugai Bastos e Paulo Martinez. BASTOS (1984), em sua obra, **As Ligas Camponesas**, fala da reforma agrária no Brasil, trazendo as ligas camponesas como uma luta nacional e da posse da terra pelo trabalhador rural. ANDRADE (2005) traz em sua obra, **Lutas Camponesas no Nordeste**, a discussão do problema agrário no Brasil, sobre os poderes políticos da época e as formações das classes sociais no Nordeste, sendo que no Nordeste a atividade da agricultura fazia muito presente. E MARTINEZ (1987) na sua obra, **“Reforma Agrária: questão de terra ou gente?”**, trata sobre a agricultura e estado, igreja e problemas sociais, como também a reforma agrária.

1. A criação da Sociedade Agrícola e pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP)

Lá por volta de 1954 no engenho Galiléia no município de Vitória de Santo Antão, formou-se uma associação que tinha o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). E ela foi criada com finalidades de ajudar os agricultores em futuras despesas como, por exemplo; funerária, médica, jurídica, educacional. Nesse engenho o de Galiléia se encontrava 140 famílias morando nestas terras e trabalhando com um sistema rigoroso sobre eles que era a cobrança do foro que então era pago ao proprietário da terra para os camponeses poderem plantar e terem seus sustentos tirados daquele local. Por toda via o organizador da à SAPPP de primeira mão com vida o proprietário de Galiléia para assumir um cargo bem elevado dentro da associação, mas outros fazendeiros da mesma região abriram-lhe os olhos dizendo que isso era coisa comunista e tinha fins políticos, o proprietário da terra com medo do comunismo mandou que essa associação fosse desfeita e ficava ameaçando constantemente os camponeses de expulsão de suas terras. Mas os agricultores daquela região resistiram às ameaças na medida do possível até que um dia encontraram ajuda jurídica de um advogado e deputado pelo Partido Socialista chamado Francisco Julião na capital do Pernambuco.

Julião já defendera inúmeras causas de camponeses, mas causas isoladas. Percebe nesta por se tratar de grupo organizado, um grande potencial de desenvolvimento, instaura processo invocando a lei dos locatários. Mas ao lado da luta judicial, utiliza-se da tribuna da Assembléia legislativa para denunciar tanto a situação dos Galileus quanto a arbitrariedade a que são submetidos. (BASTOS, 1984, Pg.: 20).

De acordo com a imprensa que fazia uma grande repercussão na mídia sobre a SAPPP, a questão sobre a terra estendeu-se de 1959 a 1963, quando até então o governo de Pernambuco da época Cid Sampaio aprovou a proposta de desapropriação do engenho Galiléia, pois nesse período as ligas foram se espalhando pelo interior do estado de Pernambuco e a te então se estendendo a alguns estados brasileiros.

2. Questão agrária no governo João Goulart

A questão agrária no governo João Goulart em 1961 a 1962 aparentemente parecia ser uma das principais metas políticas em seu governo. Mas foi em seu comando que os debates sobre questões agrárias tiveram forças e uma grande repercussão nacional, sendo então considerado por segmentos sociais e sendo necessário fazê-lo para o desenvolvimento do Brasil. Desde então conflitos que tinha relacionamento com a terra no Brasil já vinham de datas anteriores, tendo algumas grandes proporções, como foi o de Canudos, na República nos primeiros anos.

Tendo em vista que, foi principalmente a partir dos anos 1940, e durante toda década de 1950, que vários conflitos não apenas se alongaram, mas também assumiram uma nova feição. Tornou-se muito decorrente, a partir daí, várias ideias de que a questão agrária era um dos problemas sociais bastante sérios, era o resultado de poucas pessoas com poder a terra instituída ainda no período do Brasil colônia. Com muita hierarquia social, este padrão trazia riqueza, poder e privilégio. No outro lado, trazia pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento etc. Dessa forma, houve um aumento absurdo de conflitos na década de 50. Segundo Andrade 2005, estava havendo um contraste enorme entre fazendeiros e camponeses

Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regulamente rendas aos proprietários, veem-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário. (ANDRADE, 2005, Pg.: 63)

Nessa época, mais da metade da população do Brasil habitavam em áreas rurais. Pois de acordo com o discurso do governo João Goulart, o Brasil tinha uma necessidade enorme e urgente de uma redistribuição fundiária, pois com essa redistribuição o povo brasileiro teria uma melhor condição de vida. Além disso, o governo Jango proporcionou muitas melhoras no abastecimento do setor primário e com essas melhorias nesse setor, também o Brasil teve um grande avanço no desenvolvimento econômico. Tendo em vista esse projeto, João Goulart propôs várias medidas para promover a reforma agrária, e uma delas foi a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de rodovias federais e confiscar terras que não tinham produtividade alguma de fazendeiros em todo país para fazer uma distribuição delas aos

campeiros. Pois essas propostas não foram bem vindas pelo Congresso Nacional, sendo que a maioria dos parlamentares era latifundiária.

Tendo em vista uma das maiores diferenças de Jango e os governos passados foi o interesse do poder executivo teve com a questão agrária. Esse grande interesse ficou firmado em novembro de 1961, quando João Goulart foi ao ICongresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Organizado na cidade de Belo Horizonte.

Foi em seu governo que os trabalhadores rurais se organizaram em entidades civis, tendo como exemplo as ligas camponesas e associações, no qual foram criando sindicatos e federações, diluídos posteriormente, criando o (CONTAG) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Também foi em seu governo que os direitos trabalhistas que, até então, só havia na cidade, também fez valer ao campo em 1963 pelo partido do trabalhador rural a provado no congresso. Foi criado também em seu governo a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) que tinha finalidade de implementar medidas de reforma agrária em nosso país. Foi este governo que mais investiu na aprovação de reforma agrária no congresso.

Uma das coisas que não deixava realizar uma reforma agrária no Brasil era o dispositivo constitucional que determinava que desapropriações de terras só pudessem ser mediante por indenização. Sempre com alegação de não ter dinheiro suficiente, o governo iludido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passou a fazer propostas de uma reforma constitucional que autorizasse pagamentos de indenização em título de divisão agrária.

Sobre a questão agrária articulava-se muitas mudanças constitucionais tendo como proposta pelo governo, que se chamavam Reformas de Base, como desenvolvimento nacional, mas estas reformas precisavam de uma aprovação coisa que nunca chegou a ser conseguido.

Diante de várias resistências do congresso, o governo passou pressionar o mesmo juntamente com os movimentos sociais. Foi com muita pressão que João Goulart fez um anúncio no dia 13 de março de 1964, no comício realizado no Rio de Janeiro, desapropriações de terras as de um lado e de outro de rodovias e ferrovias e também de prédios públicos em fase de acabamento. Ao invés de fazer uma aprovação de reforma agrária, sendo que esses atos feitos pelo governo só fizeram fortalecer uma ruptura com vários grupos aliados a exemplo do (PSD) Partido Social Democrático, abriu brechas para o golpe de 1964.

2.1 Problemas agrários na Ditadura Militar

Com o golpe militar de 1964 muitas organizações obtiveram um grande atraso, organizações essas que lutavam a favor da reforma agrária. Sendo que o golpe militar dizimou a democracia existente no Brasil e lideranças camponesas. A partir de 64 a maioria dessas lideranças foram perseguidos presos e outros exilados para fora do país ou mortos por perseguições militares sem do que, é muito evidente fazer a ponte entre o golpe militar de 64 e uma possibilidade de reforma agrária.

É também entender a violenta repressão que os militares lançaram contra os movimentos de luta pela terra. Muitas vezes eles foram explícitos: era preciso combater o comunismo no campo e nas cidades. Embora haja poucos registros a respeito, logo após o golpe, também os camponeses pertencentes a sindicatos, as Ligas ou à Máster foram durante perseguidos ou mortos amando de proprietários, que ordenavam mortes de camponeses acobertados por militares, tendo em vista, que os militares tentaram por fim a essa situação de conflito com os camponeses, mas sem diálogo algum e sempre com muita autoridade e com base nisso criaram o Estatuto da Terra no mesmo ano do golpe militar, que tinha o objetivo de acabar com os conflitos no campo. E também no mesmo ano criaram o IMBRA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrária que ficou em substituição ao SUPRA e em 1970 também criaram o INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que tinha o objetivo de tentar fazer uma reforma agrária, e manter atualizados os cadastros nacionais de imóveis e fazer uma administração em terras da união.

Com essas medidas do governo em vigor elas acabaram favorecendo os grandes proprietários de terras, sendo que os militares dando incentivo a culturas de exportação a exemplo da soja e fazendo mecanização produtiva da mesma, tendo em vista que estes processos só favoreceram os latifundiários, e desde em tão os camponeses resolveram se rebelarem contra os militares e latifundiários por uma reforma agrária digna.

Desde então foram surgindo algumas comunidades relacionadas à Igreja católica, que assumiu a luta por uma reforma agrária digna, e sempre fazendo reuniões com a comunidade camponesa. Por volta de 1975, a Igreja católica criou a CPT- Comissão Pastoral da Terra que foi fundada nos primórdios da ditadura militar para defender trabalhadores rurais e lideranças pastorais de repressões que vinham por parte de militares e latifundiários. Sendo que a CPT foi muito importante junto a Igreja católica na luta da reforma agrária, por que na época ela tinha uma grande influência política.

Desde então, a CPT tinha uma missão específica de defender os camponeses de repressões dos militares, que desde então tinha o compromisso de atender interesses capitalistas nacionais e internacionais. Sendo que Igreja entrava em uma disputa de controle de massas, sendo que vários padres e bispos foram criando sindicatos rurais que tinha o objetivo de sindicalizar os trabalhadores com finalidade de sempre ficar dando orientações contra latifundiários, mas só quando houvesse conflitos. Em vários municípios, sendo que a igreja estava começando a sindicalizar muitos trabalhadores rurais e sempre dando orientações e também defendendo-os nas lutas contra os grandes latifundiários, quando houvessem conflitos entre ambos.

A igreja Católica, que no passado combateu a idéia como sendo “coisa comunista” e se opôs às reformas de base prometidas pelo governo de João Goulart, com a tese de que a reforma agrária era uma “questão de consciência”, agora estimulada as invasões de terra em defesa de uma ampla redistribuição da propriedade fundiária, desde que não se mexa nas suas próprias terras. (MARTINEZ, 1987, 13)

2.2 Comissão Pastoral da Terra (CPT)

No nordeste brasileiro encontrava-se fazendo de forma atuante a Pastoral Rural que ficou em substituição aos Movimentos de Ação Católica, que tinha como as paróquias, dioceses e Comunidades Eclesiásticas. E por volta de 1986, a Pastoral Rural já tinha uma ótima ligação ao CPT nacional, que tinha um grande compromisso com os trabalhadores rurais em suas lutas pelas terras.

Fundada no auge da ditadura militar, foi criada para tentar resolver a grave situação dos trabalhadores camponeses, sobre tudo da região norte, a CPT teve importantíssimo papel em defesa dos agricultores rurais contra a crueldade do sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e que abriu caminhos para que esse sistema fosse superado. Ela foi criada ligada à Igreja Católica porque as repressões estavam atingindo muitas pessoas que eram ligadas a agentes pastorais e lideranças populares, sendo que a Igreja Católica tinha certa influência política e cultural, não sendo perturbada pela ditadura militar.

Naquele momento, foi reconhecido o vínculo com a CNBB que ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e se manter firme. Mas, já nos primeiros anos de sua existência a entidade adquiriu para si um caráter universal, tanto no sentido dos camponeses que tinham apoio, quanto no apoio de agentes de outras igrejas cristãs, tendo como um grande destaque para as igrejas evangélicas.

Os trabalhadores rurais da região norte foram os primeiros a receber uma atenção da CPT e, de imediato, essa entidade cresceu sua ação para todo o Brasil, pois os trabalhadores rurais de outras partes do Brasil também enfrentavam sérios problemas do mesmo tipo. Assim, a CPT acabou se envolvendo em grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. A CPT tinha também uma atuação ao lado de vários trabalhadores que tinham salários e também os boias-frias, que conseguiram, por algum tempo, ganhar a vida, mas que tinham dificuldade de organização e que eram muitas vezes encontrados em situação de escravidão.

Sendo que, os direitos humanos, que é defendido pela CPT, penetram em todo o seu trabalho. Em sua ação, envolvida de modo claro ou não, o que sempre esteve em jogo foi o direito dos trabalhadores, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poder falar que a CPT é uma entidade que defende os Direitos Humanos ou uma Pastoral que protege os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Diante da insatisfação de uma política posta no Brasil pelos militares, os trabalhadores rurais junto com a Igreja católica resolveram criar em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o famoso (MST). Com pensamento Marxista, vinha discursando uma redistribuição de terras não produtivas. E com o passar do tempo o MST provavelmente vinha conseguindo popularidade, e finalmente organizou-se em 23 estados do país.

2.3 Questão agrária no governo Fernando Henrique Cardoso e Lula

No ano de 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência, tendo ele dois mandatos em seu poder que foi de 1995 a 2002 e com direito a reeleição em 1998. Mas voltando a falar sobre reforma agrária, esse sim não tinha destaque em seu governo, mas fazendo comparações aos governos passados, FHC fez muitas realizações, dividiu mais de 18 milhões de hectares de terra, sendo que nessas terras foram assentados 635.000 de famílias. Mais ou menos 2 milhões de brasileiros e brasileiras que tiveram uma doação de terras entre

1995 a 2002. O governo de Fernando Henrique Cardoso teve um gasto de 25 bilhões de reais na compra de terras e assentamentos. A reforma agrária só entrou na agenda do FHC por força e muita pressão do MST, com projetos que tinha principal destino, assentar, ou fixar quem já estava assentado e agilizar compras de terras.

Do lado do governo eram anunciados vários benefícios para os trabalhadores rurais e do lado do MST havia uma discordância sobre os benefícios anunciado pelo governo FHC e o Brasil durante cinco anos não teve crescimento algum no que diz respeito à produção agrícola. Já na questão de violência, no seu segundo mandato, em 1996, foram mortos 19 trabalhadores sem terra em um confronto com a polícia em uma estrada em Eldorado dos Carajás, no Pará. Sem terras esse que reivindicavam o direito de trabalhar e morar na terra. Esses camponeses morreram fazendo um simples bloqueio numa pequena via caso esse que acabou tendo repercussão nacional e internacional.

Com o fim do governo FHC e a vitória eleitoral do PT em 2002 os trabalhadores rurais tiveram uma grande esperança de mudança política e social por parte do PT em nosso país. A vitória de Lula nas eleições teve vários apoios de movimentos sociais, e o movimento que mais apoiou a candidatura de Lula para presidente foi o dos Trabalhadores Rurais sem Terra cujas esperanças tinham influência constante a ação do governo Lula. Sendo assim, meses foram passando e as mesmas críticas feitas ao governo passado foram repetindo-se no governo Lula, novamente foram feitas discordâncias entre números de famílias assentadas em seu governo sendo que os números do governo não batiam com os do MST, e a tão sonhada reforma agrária pelos trabalhadores rurais caminhava lentamente. Mais apesar de tantas críticas e polêmicas o presidente Lula foi reeleito em outubro de 2006 com voto popular e indo para seu segundo mandato.

Considerações Finais

Após o término desta pesquisa podemos analisar a importância deste movimento camponês ao longo do século XX até os dias atuais, com algumas melhorias e conquistas alcançadas no cenário agrário do Brasil. Mas, sabe-se que o objetivo dos camponeses era a Reforma Agrária, e que não foi alcançada até hoje, através do modelo político, econômico e social vigente na sociedade brasileira. A questão da terra no Brasil ainda faz-se presente nas discussões sociais, devido ao vasto cenário agrícola existente, em que muitas terras,

consideradas pelo MST – Movimento Sem Terra, “não estão sendo trabalhadas nas fazendas de alguns latifundiários”, e se apossam, gerando conflitos armados e judiciais pelo Brasil, ou seja, a questão agrária deve ainda está presente nas questões sociais no país.

O Brasil sofreu oito anos com o modelo econômico neoliberal implementado pelo governo FHC, que provocou graves danos para quem vive no meio rural, fazendo crescer a pobreza, a desigualdade, o êxodo, a falta de trabalho e de terra. A eleição de Lula, em 2002, representou a vitória do povo brasileiro e a derrota das elites e de seu projeto. Mas, mesmo essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, é necessário promover, cada vez mais, as lutas sociais para garantir a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda para os trabalhadores do campo.

Referências

ANDRADE, M. C. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia. Lutas Camponesas no Nordeste. 2ªed. São Paulo: Ática. 2005.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

J.; Delgado, L.A.N., orgs., *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (1945-1964)*, vol. 3, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARTINEZ, Paulo. Reforma Agrária: questão de terra ou gente? São Paulo: Moderna, 1987.

A brief history of the struggle of Brazilian peasants over the centuries XX and XXI

AGUIAR, Juarez Pereira de

This course conclusion work aims to make an analysis of peasant leagues that were part of the ongoing struggle for land reform among the large estates belonging to landlords and field workers. Having an overview of the peasant leagues which was a movement of the rural areas, regarded as one of the most important fights of the military dictatorship in 1964, enforced in Brazil. The peasant leagues began around 1930 with a large influence of (PCB) Communist Party of Brazil, working in the twentieth century in the cities of Paracatu (PR) in 1950-51 and Formoso (GO) 1953-54, but due their little insulation, did not have enough strength to spread nationally. So that in 1954 in Galilee mill in the municipality of Vitoria de Santo Antao, Pernambuco. These clashes have achieved great notoriety in the Brazilian scene and were also created (SAPPP) Agricultural Society and Planters Livestock Pernambuco, which had only the care order, were they: funeral assistance, medical, legal, education and raise funds to help farmers to get rid of the domination of their farmers.

Keywords : Peasant Leagues , PCB , Pernambuco, Peasants.